

# Em junho, CO teve posse dos novos e debate sobre Lei de Inovação, fusão Rosana/Prudente e regulamentação da AJ

A sessão do Conselho Universitário (CO) de 25/6/2020 marcou a posse dos novos conselheiros, para um mandato de dois anos, entre eles os eleitos pelo Chapão da Adunesp. No dia seguinte, reuniu-se o Colégio Eleitoral da Unesp, composto por todos os membros do CO, do CADE e do CEPE, com o objetivo de iniciar o processo sucessório da reitoria da Unesp (veja box).

Bastante longa – das 9h às 19h – a sessão de 25/6 não deu conta de todos os itens de pauta, que foram remetidos para uma extraordinária no dia 3/7.

A seguir, a partir do relato feito pelos membros do **Chapão da Adunesp**, confira um resumo dos principais pontos discutidos. A partir de agora, a Adunesp divulgará boletins com informes dos colegiados logo após cada reunião.

## Covid-19 e Unesp

A presidente do Comitê Unesp Covid-19, a médica Ludmila Cândida de Braga deu informes sobre a pandemia. Ela destacou que o cenário geral continua desfavorável e informou que o Comitê segue atuando no plano de retomada para quando chegar o momento, em sintonia com as linhas gerais do Plano São Paulo. “Não será apenas uma faxina nas unidades. Vamos ter que modificar práticas de trabalhar, ensinar, comportamento social. Temos que ter tempo para fazer o planejamento com cuidado”, adiantou.

Vários conselheiros intervieram para manifestar preocupação quanto às reais condições de retorno presencial. Representantes da Adunesp e do Sintunesp – cada qual tem um membro no CO, sem direito a voto – cobraram novamente a participação das entidades no debate sobre o assunto.

## Situação econômica

O professor José Roberto Ruggiero, assessor da Pró-Reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão (Propeg), disse que a previsão, até aquele momento, era que a Unesp deixará de receber cerca de R\$ 285 milhões neste ano, devido à queda na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que mantém as universidades estaduais paulistas.

O presidente da Comissão de Orçamento, professor Cláudio Paiva, interveio para reforçar a proposta de que a revisão orçamentária ocorra somente a partir de agosto, de modo que tenhamos mais indícios sobre três questões:

- qual é a dimensão temporal da crise?
- qual é a profundidade da crise?
- qual é a resposta fiscal à crise? Virá para as universidades uma parte do socorro que o governo federal está passando aos estados? Ou será que vamos receber apenas a “parte ruim” da LC 173/2020, que é o congelamento salarial, a suspensão das promoções e dos concursos etc.?

Vários conselheiros usaram a palavra para cobrar da reitoria uma postura pública mais enérgica em relação ao governo, para que este garanta, pelo menos, os valores previstos para o orçamento das universidades estaduais quando da aprovação

da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em 2019, a vigor em 2020. Também enfatizaram a necessidade de garantir os salários, benefícios e direitos.

## Ensino remoto

A apresentação “IEP3 - Práticas pedagógicas no contexto da transformação digital” gerou vários questionamentos. A pró-reitora de Graduação, professora Gladis Massini-Cagliari, falou sobre as iniciativas do Instituto de Educação e Pesquisa em Práticas Pedagógicas (IEP3). Auxiliada por outros membros do IEP3, informou a intenção de montar 30 estúdios nas bibliotecas, para a produção de materiais pedagógicos.

Alguns conselheiros manifestaram preocupação com a forma acelerada com que surgiram as propostas, em final de mandato, aproveitando-se do momento da pandemia para tentar impor tais propostas, sem que se estabeleça um debate com a comunidade acadêmica, especificamente sobre o papel e o espaço que devem ter as ferramentas de ensino à distância.

## Inovação tecnológica

Adiado da reunião anterior do CO, o item “Minuta de resolução que dispõe sobre o Regulamento da Lei de Inovação no âmbito da Unesp” consumiu mais da metade da reunião. O adiamento havia ocorrido após pedido de vistas do conselheiro Marcelo Carbone Carneiro.

Carbone apresentou suas sugestões e, para surpresa dos presentes, a mesa tentou colocar o item em votação, sem espaço para debates, numa clara tentativa de impedir o pensamento crítico e a reflexão no CO. Após várias cobranças, inclusive de conselheiros que se mostravam favoráveis à minuta, o reitor Sandro Valentini acabou tendo que em abrir espaço para as falas.

A Adunesp, que apresentou sua proposta de rejeição da resolução que recepciona o Marco Legal de Ciência e Tecnologia (MLCT) no arcabouço jurídico da Unesp, havia divulgado, anteriormente à sessão do CO, um documento crítico questionando o acolhimento, no âmbito da Universidade, das leis de inovação tecnológica vigentes no país, por considerá-las lesivas à autonomia universitária, entre outras coisas também muito graves. [O estudo pode ser obtido no site da Adunesp.](#)

Nas falas contrárias à aprovação do documento, foi destacado o perigo de estabelecer regras que dão enorme poder para as empresas privadas interferirem no funcionamento da Universidade. A proposta da reitoria estabelece vantagens financeiras para uma produção específica e direcionada de conhecimento passível de auferir lucro para setores particulares da sociedade, o que colide com a natureza pública da Universidade. Propicia que o desenvolvimento científico e tecnológico esteja subordinado a interesses privados, e acena com a possibilidade de remuneração diferenciada para quem realiza pesquisa de interesse privado dentro da universidade pública, e cujo trabalho tem a mesma natureza, intensidade e importância daque-



le realizado pelos demais servidores envolvidos com outras áreas do conhecimento não diretamente direcionados às exigências do mercado, como as ciências básicas, as artes ou as ciências sociais.

A votação final apresentou 58 votos a favor da aprovação da minuta, 18 contrários e 6 abstenções.

### Fusão Rosana/Prudente foi rejeitada

O item que tratava da proposta de fusão entre os *campi* de Rosana e Presidente Prudente foi discutido na sessão extraordinária do CO, em 3/7. O debate foi bastante rico, com seguidas intervenções de conselheiros do Chapão da Adunesp, do Chapão Sintunesp/Associações e de vários outros.

A discussão foi situada no cenário da expansão ocorrida na Unesp a partir dos anos 2000, como forma de entender a atual situação dos *campi* experimentais da Unesp. A sessão do CO que aprovou a criação de novos *campi* e cursos aconteceu em 2002, no campus de Araçatuba, por decisão do então reitor José Carlos de Souza Trindade, na tentativa de evitar as manifestações da comunidade. A sessão foi cercada pela polícia militar, num dos episódios mais constrangedores da história da Universidade. Em sintonia com o governador da época, Geraldo Alckmin, que havia decidido fazer da expansão sua vitrine eleitoral, a reitoria da Unesp encampou passivamente a proposta. A Adunesp e o Sintunesp, bem como as entidades estudantis, fizeram uma campanha para mostrar que, embora francamente favoráveis à expansão de vagas públicas, não podiam se calar diante da farsa armada: não havia garantia alguma de verbas perenes para os novos cursos e *campi*.

As entidades nunca deixaram de lutar pela ampliação de recursos públicos para as três universidades, e para que os novos *campi*, uma vez criados, tivessem o mesmo tratamento que os demais por parte da administração central - o que, até o presente, ainda não aconteceu - ao mesmo tempo que sempre reivindicaram das reitorias uma postura pública de cobrança junto ao governo do estado, o que raramente ocorreu nestes últimos anos.

Passadas quase duas décadas desde então, usar a falta de financiamento público como justificativa para o fechamento desses *campi* ou cursos denuncia o caráter eleitoreiro e irresponsável que patrocinou a sua criação. A luta agora é por garantir o financiamento necessário para que estas unidades tenham plenas condições de se desenvolverem e se consolidarem, pois são relevantes ao desenvolvimento de suas respectivas regiões e para a Unesp como um todo.

Os conselheiros também destacaram o fato de que o Conselho Diretor de Rosana havia se manifestado contrário à fusão, e isso deveria ser respeitado. Ao mesmo tempo, reforçaram a necessidade de discussão mais ampla não só acerca da sustentabilidade dos cursos locais - Turismo e Engenharia de Energia -, como sugerido pelo Conselho Diretor de Rosana, mas também dos demais *campi* que tenham cursos em situação semelhante.

Colocada em votação, a proposta de fusão foi rejeitada por ampla maioria: 57 votos contrários, 14 a favor e 5 abstenções.

### Regulamentação da AJ da Unesp

Também remetida para a sessão extra do CO em 3/7, a proposta de minuta de resolução que modifica o regulamento interno da Assessoria Jurídica na Unesp rendeu um longo debate. O item já havia sido debatido na reunião do CADE, em junho.

Segundo informes da mesa, a necessidade de pautar essa reestruturação deve-se a exigências do Ministério Público. Acionado após receber denúncias de que haveria irregularidades nas

AJs das três universidades e do Tribunal de Contas, o MP teria divulgado parecer em que estaria apontando a necessidade de que o mecanismo de entrada de procuradores na Universidade fosse por concurso público. No mesmo parecer, que não foi exposto aos conselheiros do CO, o MP teria destacado que o atual corpo de procuradores, com exceção do procurador chefe, deveria ser dispensado.

No entendimento da reitoria, a aprovação da minuta, embora não preveja a dispensa dos procuradores atuais, atenderia ao MP. Com a proposta apresentada, a carreira do procurador passaria a ser semelhante ao do servidor técnico-administrativo, com ingresso por concurso, como advogado (escala 39-A). No entanto, o professor Leonardo Theodoro Büll, pró-reitor de Planejamento Estratégico e Gestão (Propeg), ressaltou o fato de que a Universidade não poderá abrir novos concursos até o final de 2021, por conta das exigências da LC 173/2020.

Colocada em votação, a minuta foi aprovada por 56 votos, com 18 contrários e 8 abstenções, mas sem prejuízo de destaques, que foram discutidos na sequência. Ficou no ar, inclusive entre vários conselheiros que votaram favoravelmente à aprovação da minuta, a dúvida se a medida seria suficiente para atender ao MP.

### Indicações do CO para outros órgãos

Um dos pontos de pauta do CO em 25/6 foi a indicação de conselheiros para outros colegiados. Entre os docentes, foram indicados:

- **Uma dupla (titular e suplente) para o CEPE:** (Dionizio Paschoareli Júnior/Marcelo Batista Hott)
- **4 duplas (titular e suplente) ao CADE:** Elaine Maruia Sgavioli Massucato/Maria Antônia Ramos de Azevedo. José Gilberto de Souza/Deivis Peres Bispo dos Santos, Anderson Deo/Fabio Stucchi Vannucchi, Sérgio Luís Felisbino/Marcos Franke Pinto.
- **Um docente para Comissão de Contratação Docente (CCD):** Marize Mattos Dall-Aglío Hattner

## Colégio Eleitoral

No dia 26/6, aconteceu a primeira reunião do Colégio Eleitoral da Unesp, com o objetivo de organizar o processo eleitoral para a sucessão na reitoria. O Colégio é formado pelos conselheiros do CO, do CADE e do CEPE.

A reunião aprovou a constituição da Comissão Eleitoral Central (CEC). Foram indicados os professores Ana Elisa Périco (posteriormente, indicada presidente), Jean Marcos de Souza Ribeiro, Carlos Frederico Wilcken, Glauco Issamu Myyahara e Rogério Eduardo Garcia (titulares) e Guilherme Henrique Barros de Souza e Sérgio Romagnolo (suplentes); dos servidores técnico-administrativos: Valdomiro Rodrigues de Souza e Araldo José Milanesi Vieira (como titulares) e João Paulo Zanette (suplente).

Em 29/6/2020, a Secretaria Geral encaminhou às unidades universitárias a proposta para a regulamentação do processo de consulta eleitoral à comunidade, organizada pela Comissão Eleitoral Central (CEC). As Congregações e Conselhos Diretores deverão se manifestar sobre essa proposta e enviar suas contribuições para a CEC até o dia 17 de julho. Tomando como base estas contribuições, a CEC elaborará uma proposta de regulamentação do processo de consulta eleitoral, que será enviado ao Colégio Eleitoral para apreciação e deliberação em 30 de julho.

A Adunesp produziu um boletim especial, em que apresenta as bandeiras históricas da entidade à comunidade. Disponível no site ([Adunesp viaNET 183](http://Adunesp.viaNET183))



## Reunião do CADE em 17/6 teve posses e debate sobre CTIs

Com mandato de dois anos, os novos conselheiros tomaram posse no Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE) na reunião extraordinária de 17/6/2020. Entre os empossados, estavam os membros do Chapão da Adunesp.

Além da posse, a reunião teve indicações de docentes e técnico-administrativos do CADE para outros colegiados e comissões:

**Comissão de Orçamento** – Houve indicação de 3 representantes docentes e 2 técnico-administrativos. Os docentes – membros do Chapão da Adunesp – foram Jean Marcos de Souza Ribeiro, Milton Vieira do Prado Jr. e Sebastião Neto Ribeiro Guedes. Entre os servidores, também membros do Chapão Sintunesp/Associações, os indicados foram Jorge Guilherme Cerigatto e Valdomiro Rodrigues de Souza.

**Comissão Técnica dos Centros de Convivência Infantil (CTCCI)** – Estava prevista a indicação de um representante psicólogo e um pedagogo. Contando com o voto dos membros do Chapão Sintunesp/Associações e do Chapão da Adunesp, foram indicadas:

- *Psicólogo*: as professoras Claudia Aparecida Valderramas Gomes (FCL/Assis) como titular e Flávia da Silva Ferreira Asbahr (FC/Bauru) como suplente.

- *Pedagogo*: as professoras Eliza Maria Barbosa (FCL/Araraquara) titular e Elieuz Aparecida de Lima (FFC/Marília) como suplente.

Por sugestão de um conselheiro do Chapão da Adunesp, acatada pela mesa, ficou definido que, em reunião ordinária futura, a comissão faça uma apresentação de suas atividades.

**Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)** – Estava prevista a indicação de uma dupla de docentes (titular e suplente) para o CEPE, para o qual se elegeram os conselheiros Sérgio Mauro Romagnolo e Eduardo Custódio Gasparino, do Chapão Adunesp.

**Vice-presidência do CADE** – A presidência do CADE sempre é exercida pelo pró-reitor de Planejamento Estratégico e Gestão (Pro-

peg), atualmente o professor Leonardo Theodoro Büll. Já o vice-presidente precisa ser eleito entre os membros do colegiado. Houve dois inscritos: O professor Rogério Eduardo Garcia, indicado pelo professor Büll, e o professor Milton Vieira do Prado Júnior, indicado pelo Chapão da Adunesp e com o apoio do Chapão Sintunesp/Associações. Milton obteve 10 votos, contra 7 de Rogério, passando a ser o novo vice-presidente do colegiado.

### Colégios Técnicos estavam na pauta

Além das posses e indicações, havia um item na pauta – *Minuta de portaria que dispõe sobre a criação da estrutura e competências para o exercício da Supervisão Delegada na Unesp, junto aos Colégios Técnicos* – que gerou bastante discussão.

A minuta prevê a “*criação de uma estrutura para o exercício da Supervisão Delegada, com a finalidade de acompanhar e de assessorar as atividades executadas no âmbito dos Colégios Técnicos, prover os aportes técnicos, administrativos, metodológico e pedagógico nos cursos de educação básica e de educação profissional técnica de nível médio existentes na Unesp*”. Para isso, seria criada a figura do Dirigente de Ensino na Unesp e, para cada um dos colégios técnicos da Universidade – Bauru, Jaboticabal e Guaratinguetá – o posto de Supervisor de Ensino. Segundo a mesa do CADE, a medida tem o objetivo de adequar a Unesp a uma resolução do Conselho Estadual de Educação, de 15/3/2017.

Os novos conselheiros apontaram a dificuldade em aprovar a matéria sem amplo conhecimento do tema. Além disso, foi levantado o fato de que, por se tratar de uma alteração de estrutura, a proposta deveria passar pela Comissão de Estruturas e de Funções Administrativas (CEAFA), e não apenas pela Assessoria Jurídica (AJ) da Universidade, como ocorreu. Frente às argumentações, o item foi retirado da pauta e deverá retornar na reunião ordinária de agosto.

## CEPE teve primeira sessão com novos conselheiros em 9/6

Também para um mandato de dois anos, os novos conselheiros tomaram posse no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE), em reunião realizada em 9/6/2020. Entre os empossados, estavam os membros do Chapão da Adunesp.

Diversos conselheiros, especialmente os eleitos pelo Chapão, levantaram 3 grandes preocupações: a) como fica a situação dos professores substitutos?; b) qual a tramitação da normatização da extensão; c) faz sentido fazer planejamento de 2020 dos departamentos em setembro no meio da pandemia? Nenhuma dessas questões foi incluída na pauta e as referências e respostas às preocupações levantadas foram *en passant*. São temas que serão cobrados pelos membros do Chapão nas próximas reuniões do colegiado.

Nesta reunião, também foram feitas indicações do CEPE para outros colegiados e comissões:

**Para o CADE** - Foram indicados dois pares (titular e suplente):  
- Berenice Camargo Damasceno/Ana Elisa Périco e Andréia Affonso Barreto Montandon/Doris Hissako Matsushita .

**Para a Comissão de Contratação Docente** - Foram indicados três

representantes, um de cada grande área: Fernando Pinhabel Marafão (Exatas), Raul Borges Guimarães (Humanas) e Andréia Affonso Barreto Montandon (Biológicas).

### Outros pontos

Na sessão do CEPE em 9/6, foram aprovadas alterações curriculares no curso de Odontologia (Araraquara) e de Pedagogia (Marília).

A discussão sobre a proposta de alteração no período de oferecimento do Curso de Matemática – Licenciatura, de Presidente Prudente, de matutino para integral, foi retirada de pauta, com a indicação de que o Conselho de Curso e a Direção da unidade enviem suas justificativas.

A solicitação de reconsideração da decisão referente à regularização do Centro Jurídico Social (CJS), Unidade Auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, foi aprovada.

A solicitação de reconsideração da decisão referente à regularização do Centro de Estudos da Educação e da Saúde (CEES), Unidade Auxiliar da FFC de Marília, também foi aprovada.